

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 46ª
(QUADRAGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 3 DE JUNHO DE 2008.

33

253

306 *saucedas*

Publicação conferida no (C) 15-106 de 19/06/08
Servidor: *Andots* Matrícula: *1173737*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo aos Parlamentares que o Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, por motivo de saúde, não poderá comparecer a esta sessão ordinária.

Neste momento esta sessão conta com a presença dos seguintes Deputados: Cabo Patrício, Reguffe, Chico Leite e Deputadas Eurides Brito e Jaqueline Roriz.

Convido o Deputado Reguffe a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 104, de 17/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 46ª Sessão Ordinária.)

Aproveito para anunciar que, a pedido do autor, o Item nº 28 está, neste momento, sendo retirado da pauta da Ordem do Dia.

Saúdo os alunos do CEF 2 – após os Comunicados de Líderes iremos debater a situação dessa instituição – e os donos de quiosques do Riacho Fundo, que se encontram na galeria e estão passando por uma dificuldade muito grande, estão sendo ameaçados. Também debateremos essa questão.

Anuncio a presença da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Rôney Nemer.

Daremos seqüência ao Pequeno Expediente e, em seguida, suspenderemos a sessão para discutirmos o regime especial de tributação desta cidade. Encontram-se nesta Casa diversos setores da sociedade, como o Sindlatacadista. Garantiremos a intervenção dos Líderes e, em seguida, suspenderemos a sessão para debatermos essa situação e outras.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, alunos presentes na galeria, falo sobre a situação da educação pública no Distrito Federal. Infelizmente, a Educação nunca foi tratada como prioridade por sucessivos governos. Os governos fazem uma opção por investimento em obras físicas, e não por investimento em recursos humanos. Sucessivos governos preferem investir em obras a investir no futuro, a investir em Educação. Talvez porque obra apareça mais, fique mais visível aos olhos das pessoas que passem por elas. Mas a não prioridade da Educação é uma irresponsabilidade de sucessivos governos. Este País se encontra como está porque sucessivos governos não fizeram da Educação prioridade, como deveriam. Prioridade no orçamento e prioridade como política pública.

O Distrito Federal hoje vive uma situação peculiar. As pessoas dizem que Educação é problema. E o que o Distrito Federal faz? Retira professores das escolas, numa total inversão de prioridades. No CEF 2, por exemplo, estão querendo fechar o laboratório de informática. Faltam servidores para ficar na portaria. Faltam



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

funcionários para atender na biblioteca. E há rumores de que a escola será fechada em 2009.

No CEAN, a Secretaria de Educação solicitou a devolução de todos os professores dos laboratórios, dizendo que a média dos alunos é baixa. Ora, se a média é baixa, é preciso, de repente, de mais professores. Se a média é baixa, precisa-se de mais investimento na escola. É preciso melhorar a infra-estrutura da escola, e não simplesmente retirar professores. Deveria ser o oposto. Deveria se reequipar a escola, e não desestruturá-la.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu quero aproveitar este momento para parabenizar V.Exa. pelo discurso. É um discurso feito com muita propriedade, e que reflete uma situação que hoje merece, desta Casa e da sociedade, um olhar mais atento, porque o que está ocorrendo no CEF 2 está também ocorrendo em diversas escolas do Distrito Federal.

Sem nenhuma explicação, o Governo do Distrito Federal está simplesmente abandonando os laboratórios de informática e os laboratórios de biologia, retirando, inclusive, professores de sala de aula e gerando um caos na educação pública de nossa cidade. Eu entendo que V.Exa. traz neste momento para esta Casa um alerta importante. Eu espero, inclusive, que esta Casa e suas comissões, especialmente a Comissão de Educação e Saúde, possam se debruçar sobre este assunto, porque não é possível assistirmos de maneira passiva à destruição do ensino público do Distrito Federal.

Então, parabéns a V.Exa. e parabéns aos alunos que se encontram aqui.

DEPUTADO REGUFFE – Muito obrigado, Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, quero também parabenizá-lo pela abordagem do assunto. Cumprimento a galeria, em especial os alunos e professores presentes.

Quero aqui me solidarizar com um colega – digo colega porque também sou professora – que há poucos dias foi brutalmente espancado em uma escola por um aluno. Não vamos aqui culpar aquele aluno que o espancou, porque ele já está numa fase que, muitas vezes, não há condição de mudança de comportamento. Se nós não cuidamos dos pequenos, como vamos investir naqueles que já foram colhidos pela marginalidade? Não que não acreditemos no ser humano; acreditamos, sim, mas precisamos dar as mãos e cuidar realmente das nossas sementes, porque depois que a árvore cresce, muitas vezes é tarde. Ela vai dar maus frutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Obrigada por V.Exa. estar abordando este assunto, que é tão importante para o Distrito Federal, para o Brasil e para o mundo. Quero dizer também que nosso Governador tem feito um esforço para investir e melhorar a Educação, ao lançar alguns programas que têm um grande comprometimento, como é o caso da escola em período integral, da bolsa escola.

Obrigada pela compreensão de V.Exa e pela abordagem de um assunto de extrema importância para nossa cidade!

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula.

Eu sou radicalmente favorável ao projeto da educação em tempo integral. Inclusive, minha concepção de educação é educação em tempo integral: que a criança possa se alimentar na escola, ficar bem nutrida, estudar e também ter aulas de informática, reforço escolar, aulas de língua estrangeira e praticar atividades físicas. Quanto mais tempo a criança permanecer na escola, melhor será o seu futuro.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Eu quero, antes de conceder aparte a V.Exa., Deputado Cabo Patrício – o que farei com o maior prazer –, ler algumas estatísticas de outras escolas que também se encontram em situação caótica.

O Centro de Ensino Médio nº 2 de Ceilândia dispõe de laboratório. Entretanto, por falta de professores, não são dadas aulas práticas nos laboratórios de Química, Física, Biologia e Informática. No Centro de Ensino Médio nº 12, também de Ceilândia, a Secretaria de Educação solicitou a devolução de um professor que coordenava o laboratório de Informática. No CEAN, na Asa Norte, faltam professores nos laboratórios de Biologia, Física, Química e Informática.

Informática é o básico! O mundo moderno exige que a criança tenha conhecimentos em informática. Isso é o básico! Todas as escolas públicas deveriam ter laboratórios modernos de informática, com professores bem treinados, para que os alunos pudessem se qualificar. Isso é o básico, Deputado Cabo Patrício! Mas infelizmente não vemos isso.

Então, dizer que educação é prioridade, enquanto não tiver o básico, é difícil eu acreditar nisso. Eu quero ver as coisas diferentes. E coisas diferentes é o Governo investir pesado em Educação. O Governo investe mais em obras que em Educação! Isso não é se preocupar com o futuro!

Ouçõ o aparte de V.Exa., Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, quero parabenizar V.Exa. pelo discurso que está fazendo a respeito da Educação. Tudo o que V.Exa. disse é verdade!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

No Governo do Distrito Federal, o Governador Arruda elegeu-se prometendo cuidar das coisas básicas, principalmente de políticas públicas como Saúde, Educação, Segurança Pública, geração de empregos, formação de jovens, qualificação, mas infelizmente não é o que nós vemos. O Governo não tem investido em Educação. E recebe do Governo Federal para isso! O Governo do Distrito Federal recebe recursos do Fundo Constitucional para Saúde, Educação e Segurança. Mas não os investe adequadamente!

Como V.Exa. disse, Deputado Reguffe, o Governador prioriza as obras em detrimento da Educação, que é o que nós precisamos, pois é o básico para um Estado, o Distrito Federal e o Brasil. O Governador só fica no discurso!

Quanto a essa questão do ensino integral, por exemplo, nós temos visitado algumas escolas e vemos as crianças ficarem o dia todo sem a alimentação adequada, sem ambiente adequado para praticar atividades complementares, e o resultado é que essas crianças não têm o rendimento adequado. É por isso que houve esse índice de repetência nas escolas públicas do Distrito Federal.

E vimos o Secretário de Educação, na sexta-feira da semana passada, querer justificar o Injustificável, que é a retirada dos professores dos laboratórios. Desativar os laboratórios do Distrito Federal! Como é que se prioriza Educação e priorizam-se os estudantes, acabando com os laboratórios?

Esta Casa tem feito seu papel. A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou projeto de Parlamentares que prevê a instalação de câmeras nas escolas para garantir a segurança. Não seria aquele professor espancado, como foi na semana passada, se essas câmeras tivessem sido instaladas. O Governo não priorizou esse projeto, já aprovado e sancionado pelo Governador do Distrito Federal! S.Exa. não o respeitou, até agora, com sua implementação.

Há outros projetos que priorizam a Educação, de diversos Parlamentares desta Casa. Mas o Governo do Distrito Federal – e esse Governo tem nome: é o Governador Arruda! – não prioriza a Educação. E se elegeu com o discurso de que a Educação seria a bandeira do seu governo, seria o carro-chefe.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, que é oposição ao Governador Arruda, vai continuar a fiscalizar e cobrar do GDF a implementação de um ensino público de qualidade, com mais decência.

Muito obrigado.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício, a quem quero ainda dizer que estou encaminhando hoje um requerimento para a constituição de uma audiência pública nesta Casa a fim de discutir segurança nas escolas públicas do Distrito Federal. Até porque é o fim do mundo, literalmente, ver um professor ser agredido, como ocorreu, por alunos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Ser professor é a coisa mais nobre do mundo! Todos nós passamos pelas mãos de professores. Não tem cabimento professores não terem o mínimo de segurança para dar aula. Aliás, se não houvesse tantas CPIs, eu defenderia mais uma CPI para tratar deste assunto. Porque eu soube, esse professor passou a informação de que mais de cento e cinquenta professores já foram agredidos na rede escolar neste ano e no ano passado. Desde agressões leves até xingamentos!

Eu acho que é preciso esta Casa se debruçar sobre esse tema.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, naturalmente, irmanando-me às palavras de V.Exa. e às do Líder do PT, Deputado Cabo Patrício, que assim se manifestaram: prioridade em Educação não é discurso, é prática! É, efetivamente, valorização!

E nós precisamos, em nosso mandato, tomar duas atitudes nesta semana. A primeira é marcar a audiência dos professores do Centro Educacional 4 de Cellândia com o Promotor-Chefe daquela cidade a respeito dessa agressão. Não apenas porque isso pode acabar sendo a formação de uma cultura horrível, mas também porque continuam as ameaças contra professoras e professores naquela comunidade.

E precisamos ainda representar contra as atrocidades do ponto-de-vista burocrático, de ação do GDF, contra o CEAN, uma histórica escola. Nós sabemos disso. Representamos ao Ministério Público, seja até para mostrar a visão dos educadores que construíram ali um projeto de educação. É preciso que se diga: é um projeto de educação! É mais do que uma escola, mais do que um edifício de cimento: é um projeto – *projectum!* –, lançar-se à frente de si.

Mas não apenas isso! É porque temos notícia de que há a tese, por parte do GDF, temos notícia disto – e pedimos ao Ministério Público para averiguar –, de que se pretende acabar com o ensino noturno, com o turno noturno! Nós não vamos admitir isso, Deputado Reguffe!

Nós do Partido dos Trabalhadores priorizamos a Educação. Está em primeiro lugar para nós! Educação é nossa absoluta prioridade! Não deixaremos que isso aconteça, porque essa é uma política de estado, não de governo.

Obrigado.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Chico Leite, agradeço o aparte de V.Exa.

Para finalizar meu discurso, quero dizer duas coisas: primeiro, espero que educação pública seja prioridade nesta cidade. Tem de ser prioridade no Orçamento – aumentar os recursos para a educação pública – e na gestão: melhorar seu gerenciamento. Infelizmente, infelizmente mesmo, este Governo e governos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

anteriores preferem investir em obras físicas do que em recursos humanos, no futuro, na educação pública. Infelizmente! Eu espero viver para ver algo diferente!

Em segundo lugar, quero fazer um desafio a todos os Parlamentares desta Casa: que concentremos 40%, não estou pedindo 50%, mas 40% de suas emendas ao Orçamento deste ano na área de Educação. Isso a fim de que possamos contribuir para a construção de uma educação pública realmente de qualidade nesta cidade, na Capital da República. Isso é o que eu espero. E quero fazer, repito, esta proposta a todos os Parlamentares: que coloquemos 40% – não estou pedindo nem 50%! –, 40% de nossas emendas pela valorizar a educação pública desta cidade e fazê-la ser um exemplo para este País.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE – Ouço o aparte de V.Exa., Deputado Cabo Patrício

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Reguffe, eu sei que V.Exa. está com seu tempo quase esgotado, estava concluindo seu pronunciamento, mas eu gostaria de dizer que é louvável o posicionamento de V.Exa. quanto aos 40% de cada Parlamentar.

Agora, nós não podemos nos esquecer de que o Governo do Distrito Federal tem dinheiro em caixa para isso! Além disso, são repassados do Fundo Constitucional – como eu falei antes desta tribuna, em aparte que pedi – recursos suficientes para investimento na educação, saúde e segurança. O que o Governo do DF não faz é o seu dever de casa: aplicar esses recursos na educação.

Os Parlamentares apresentam emendas em todas as áreas de serviços públicos, mas isso não significa que elas serão executadas, porque é o Executivo, é o Governador do Distrito Federal que as executará, isso é responsabilidade do Governador. Nós, os 24 Parlamentares desta Casa, precisamos fiscalizar o Governador, cobrar de S.Exa. e acompanhar o SIGGO na execução de todo o Orçamento do Distrito Federal.

Até o dia 30, aprovaremos a LDO. É importante que cada Parlamentar fique atento às emendas apresentadas, mas é importante também cobrar do Governador Arruda. Esta Casa tem o papel de fiscalizar, e o Governador não está fazendo o seu dever de Casa, porque o Governo Federal faz o repasse, e S.Exa. não o aplica com decência. É isso o que está ocorrendo.

Se assim não fosse, não haveria desvios de recursos na Brasiliatur; não haveria, na CODHAB, diretores recebendo 18 mil reais de salário, outros recebendo mil e novecentos, dois mil e quinhentos, cinco mil, sete mil reais. Todos esses cargos são a terceirização dos serviços do Distrito Federal, porque o Governador prioriza a terceirização em vez de realizar concursos públicos para a contratação de servidores públicos do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Parar encerrar, Sr. Presidente, deixo este apelo a todos os Parlamentares: ao final do ano, dediquem 40% das suas emendas à educação do Distrito Federal. Espero que o Governo do Distrito Federal realmente execute-as na área de educação.

Eu, por exemplo, apresentei emendas no projeto da escola integral. Concentrei o dinheiro das minhas emendas nesse projeto, até porque acho que pulverizar acaba não resolvendo nada. Eu gostaria de ver o projeto implementado, para que possamos ter, no futuro, uma cidade melhor. Para isso, é preciso um investimento pesado em educação. Só pela educação, um filho de família humilde terá chance na vida parecida com a de um filho de família rica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há um grupo de estudantes na galeria. Eles trazem os problemas que os afligem. Daremos todo o apoio a eles. No outro lado, há um grupo de pessoas que exploram quiosques lá no Riacho Fundo, que estão sendo ameaçadas de retirada.

O Governo acaba de formar um grupo para estudar o problema dos quiosques, mas, ao mesmo tempo, expede notificações para que sejam feitas as remoções, atendendo à recomendação do Ministério Público. Deputado Paulo Tadeu, Deputado Cabo Patrício e Deputado Raad Massouh, que acabou de chegar da Síria, daremos todo o apoio ao grupo, para que não tenha o seu comércio paralisado em face dessas ações. Sabemos que o Governo está atendendo a uma recomendação, mas, como recomendação, ela deve ser postergada. Não permitiremos nem aceitaremos que as pessoas tenham as suas atividades paralisadas.

Quero parabenizá-los por estarem aqui, com coragem, botando a cara para ser vista. Nós, todos os 24 Deputados distritais, daremos o nosso apoio.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradeço ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, após os Comunicados de Parlamentares, dê início a nossa pauta e inverta a pauta, colocando como primeiro item o Item nº 29, que é a discussão para a aprovação e indicação do Presidente do Banco de Brasília.

Sr. Presidente, também solicito a V.Exa. que tentemos construir um acordo com o Colégio de Líderes, ou mesmo com os Parlamentares, na sala do cafezinho, para que a semana não seja enforcada em relação às votações. Tenho o maior apreço e o maior respeito pelo Colégio de Líderes e o considero fundamental e importante. Estarei, como Líder, acatando as decisões do Colégio de Líderes e a elas me submetendo, porque são decisões soberanas nesta Casa.

Temos as comissões gerais, que tratam de assuntos importantes, mas solicito que, no período das 15h às 16h, votemos apenas aquilo em que houver consenso, aquilo que for mais emergencial para a cidade, aquilo pelo qual a cidade não possa esperar mais uma semana. Creio que todo o povo de Brasília espera pelo trabalho desta Casa. E é importante que tentemos uma negociação nesta direção.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Leonardo Prudente, com relação à sua primeira solicitação, a Presidência informa a V.Exa. que há acordo dos Líderes. Então, não há dificuldade por parte desta Presidência em acatar a sua solicitação de Inversão de pauta. Com relação às demais questões, eu acho que devemos tentar articular um calendário, porque foi aprovado pelo Plenário. Sabemos que aquilo que for urgente podemos até votar hoje, mas eu acho que as comissões gerais que já foram aprovadas pelo Plenário devem ser garantidas. Então, logo em seguida, discutiremos a questão das comissões gerais.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembro o período em que o Partido dos Trabalhadores governou esta cidade, quando ficamos conhecidos no Brasil inteiro não como cidade de corruptos, não como cidade de solitários e de solitárias, mas como a cidade em que se respeitava a faixa de trânsito, em que se respeitava o pedestre, em que se respeitava o ciclista.

Pois bem, nós vamos lançar uma campanha pela paz no trânsito, uma grande campanha na cidade, com camisetas, com adesivos, com sacos de lixo para carro, enfim, ações em lugares de massa e nos sinais de todas as cidades. Procuraremos incutir e resgatar na população esse sentimento da paz do trânsito. Todos os colegas e todas as colegas estão convidados a participarem desta campanha.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (Bloco Democratas-Progressistas. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde a todos. Eu gostaria de dizer para o Deputado Chico Leite que esta nobre iniciativa do Partido dos Trabalhadores é realmente louvável. Eu a admiro. Tenha certeza de uma coisa: *tudo que é para o bem de Brasília, não importa de que partido venha, é dever de todos nós defendermos. Parabéns pela iniciativa! Contem comigo nesta campanha.*

Boa-tarde à turma do Centro de Ensino Fundamental, que está aqui reivindicando os seus direitos. Fico feliz quando vejo a turma jovem da nossa cidade se interessando em saber onde foi parar o dinheiro que era para a educação. Eu acho que vocês estão com toda a razão de estarem reivindicando, lutando pelo direito de vocês.

Eu gostaria também de dizer a vocês que estão lutando pelo direito ao trabalho, que é o direito mais nobre e digno de qualquer cidadão, que podem contar com o nosso apoio para que a regulamentação dos quiosques aconteça da forma melhor e mais rápida possível. Contem comigo.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar de um fato ocorrido na minha cidade, Sobradinho, quando me ausentei do País por alguns dias. Lá, um jovem foi assassinado por outro jovem por causa de uma pichação em uma das casas. Eu gostaria de dizer que esta situação já ultrapassou todos os limites suportáveis. Devemos tomar uma providência, devemos exigir das nossas autoridades a regulamentação de uma lei para que a polícia possa intervir nesse problema da pichação.

Deputado Cabo Patrício, é lastimável vermos cena como essa que aconteceu em Sobradinho.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raad Massouh, eu gostaria de parabenizar V.Exa., porque esse assassinato de um pichador em Sobradinho, que é hoje considerada uma das cidades mais pichadas do Distrito Federal, leva-nos a uma análise da situação social por que passam os jovens do Distrito Federal. Isso tem muito a ver com a própria qualidade da educação pública da nossa cidade.

Presto minha solidariedade à família do jovem que foi assassinado, porque nada justifica a barbárie que foi cometida em Sobradinho II contra aquele jovem. Sabemos que isso é um problema social. No ano passado, V.Exa. realizou uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

audiência pública para discutir as questões das pichações em Sobradinho, que é um problema de todo o Distrito Federal.

Quero me somar a V.Exa. neste momento. Esta Casa poderia tomar algumas providências nesse sentido, Deputado Cabo Patrício, até porque isso comoveu a cidade de Sobradinho. Acho que comoveu todo o Distrito Federal o assassinato daquele jovem que pichava um muro às 5h da manhã e foi barbaramente assassinado com um tiro na nuca. Eu espero que esse tipo de cena não aconteça mais. Há uma banalização da vida por causa de questões completamente supérfluas, como a pichação.

Mais uma vez, quero parabenizar V.Exa. e me somar ao seu discurso.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Agradeço o aparte do Deputado Paulo Tadeu.

Eu fiquei muito comovido com toda a situação, Deputado Paulo Tadeu, porque envolveu duas famílias. Com certeza, não era uma família que estava com a intenção de cometer um assassinato. Então, a situação chegou ao cúmulo de termos que presenciar um assassinato por um motivo tão vulgar e supérfluo.

Realmente, realizei o primeiro fórum de debate contra a pichação no ano passado em Sobradinho. Aproveitando esse clima que há na cidade, eu gostaria de fazer um convite a todos vocês para o nosso segundo fórum de debate, que se realizará na semana que vem. Depois, passarei o convite para a imprensa, porque acho que depende muito de vocês a criação de uma lei que puna a pichação e que possa conter um pouco esse ato de violência.

Muito obrigado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Luzia de Paula comentou sobre o professor que foi agredido em Ceilândia. Quero deixar registrada a minha solidariedade a ele.

Tenho um projeto nesta Casa que trata da política de prevenção à violência contra os professores na rede pública de ensino do Distrito Federal. Precisamos rever políticas e educar melhor os nossos alunos, que, às vezes, por falta de uma condição social, não tem a devida educação com os professores.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, consta da pauta de hoje e está desde o dia 20 de abril um projeto de minha autoria que trata da prevenção da pichação, item nº 14.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Eu gostaria aqui de me solidarizar com a comunidade de Sobradinho e com as famílias daqueles meninos que não têm ainda noção de pichação, daqueles meninos que deveriam ser encaminhados para um projeto de arte, para algo que pudesse preencher a sua vida. Principalmente o adolescente, que é cheio de vida, poderia estar grafitando e não pichando.

É justamente por causa do abandono das políticas públicas, do abandono de nossas crianças, do abandono, muitas vezes, das famílias e do abandono das nossas sementinhas, que são as nossas crianças na sua mais tenra idade, que, muitas vezes, somos obrigados a passar por esse momento como está passando Sobradinho.

Os nossos meninos são colhidos pelo mal e levados a praticar atos, muitas vezes, sem noção do que estão fazendo. Pais de família são levados a cometer atos como esse. Eles, de tanto verem seu bens depredados, maltratados e por não terem consciência do valor da vida, partem para atos impensados, como foi o caso de Sobradinho.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre esse caso, eu apenas queria falar sobre a diferença que dávamos àquele que pichava no tempo em que o Partido dos Trabalhadores foi governo. Aquele que picha é um artista, e o papel da sociedade e do governo é resgatar o artista no pichador. Quantos eram pichadores e hoje são artistas nacionais e internacionais? Essa é a minha ponderação. Vários foram os projetos com esse escopo. Outros governos fizeram projetos, inclusive nacionais, com o objetivo de resgatar esse artista. Isso é importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Pares presentes, imprensa, quero cumprimentar as lideranças do trabalhadores em *trailers* do Riacho Fundo, que estão aqui. Esses trabalhadores foram notificados pela Administração Regional para a retirada dos *trailers*. Sabemos que, na sexta-feira, haverá uma audiência pública para discutir esse tema. Elaboraremos também um projeto para tratar desse assunto. Querem notificar o proprietário para retirar o *traller* de determinado local. E, se o cidadão for agraciado e tiver que ter seu *traller*, quem pagará o prejuízo do trabalhador?

Quero esclarecer com muita tranqüilidade que o Partido dos Trabalhadores realizou, no sábado e no domingo, um seminário estratégico de preparação e reafirmação de oposição ao Governo Arruda. O Partido dos Trabalhadores tem um projeto de poder para 2010. Os Deputados Paulo Tadeu, Chico Leite e Erika Kokay



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

estiveram presentes no seminário, debatendo estratégias para o ano de 2010 e discutindo problemas de forma democrática e transparente, como o PT sempre fez.

Deputado Chico Leite, percebemos, em todas as falas dos Parlamentares da base de Governo, dos Líderes que me antecederam ou usaram a palavra, que existem muitos problemas no Governo do Distrito Federal. Falta comando ao Governo Arruda. Cada pessoa de determinada área toma uma atitude. Esta Casa tem de receber o tempo todo as pessoas, como os trabalhadores do Riacho Fundo, para solucionar os problemas.

Deputado Paulo Tadeu, há problemas na área de Segurança. Um jovem que pichava às 5h da manhã foi cruelmente assassinado, sem direito de defesa, porque falta política pública no Distrito Federal. Sabemos que segurança pública não é só colocar policiais nas ruas, mas é uma questão de justiça social. Vimos também a agressão de um professor em uma escola pública, onde se ensina educação e convivência social. Um professor, que é quem educa, é agredido por um ex-aluno. E acham que a punição do aluno resolverá o problema. A situação é mais grave: falta política pública para a educação.

Também falta política pública e planejamento do Governo Arruda para a Saúde. Faltam medicamentos, luvas e macas nos hospitais. Falta política pública para geração de emprego, para que os empresários sejam incentivados a gerar empregos no Distrito Federal. Falta o compromisso com as pessoas que contribuem com o Distrito Federal, como os pequenos e microempresários que possuem *trallers* no Riacho Fundo e em outras cidades do Distrito Federal, de incentivá-los e dar-lhes o direito de trabalhar. Esta Casa tem feito o seu papel.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, quero apenas me somar ao discurso de V.Exa., pois também participei do seminário. O Partido dos Trabalhadores tem a convicção de que fazer oposição ao Governo Arruda faz parte do compromisso deste partido com a sociedade. As políticas públicas do Governo Arruda para a educação, saúde, segurança e transporte estão falidas, e há desrespeito aos comerciantes e a vários setores da sociedade.

Na semana passada tivemos a greve da Caesb. Hoje, os funcionários da CEB – Companhia Energética de Brasília, estão em greve porque a CEB se recusa a cumprir um acordo assinado com os seus trabalhadores, uma das empresas mais importantes desta cidade, uma das empresas que orgulha o Distrito Federal e que, aliás, é a empresa da qual o Governador Arruda é originário. Essa empresa está sendo desrespeitada na medida em que o Governo não cumpre o acordo com os seus trabalhadores e, por isso, esses trabalhadores, que não queriam a greve, tiveram de deflagrá-la, porque o Governo não quer cumprir o acordo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Podemos observar isso também na greve dos rodoviários. Somos contra o aumento das tarifas, mas somos favoráveis a que os rodoviários sejam atendidos nas suas reivindicações. Chega de entregar o transporte público na mão dos empresários.

Cumprimento V.Exa., Deputado Cabo Patrício, pois na semana passada participamos de diversas manifestações, como a dos servidores da Novacap, da Terracap, do SLU, da Polícia Militar, entre outras. Isso mostra que há uma reação social contra os desmandos no âmbito do Distrito Federal.

Mais uma vez reafirmo minha solidariedade aos trabalhadores da CEB, que neste momento estão em greve.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Paulo Tadeu.

Como V.Exa. disse, existe uma série de reações dos movimentos sociais sindicais no Distrito Federal contra a falta de planejamento de políticas públicas do Governo Arruda.

No seminário que tivemos no sábado e no domingo, o Partido dos Trabalhadores reafirmou a sua condição de oposição ao Governo Arruda e, em 2010, seremos uma alternativa de poder. Independentemente de qualquer coligação que venha a fazer, o Partido dos Trabalhadores terá cabeça de chapa, disputará a eleição e mostrará ao povo de Brasília que tem projeto e propostas para governar o Distrito Federal.

Nós também somos contra o aumento das tarifas das passagens de ônibus e do metrô e queremos um transporte público de qualidade, mas infelizmente o que temos visto são congestionamentos e mais congestionamentos. A população de Brasília ontem amargou mais um dia sem nenhum ônibus circulando em nenhuma cidade do Distrito Federal.

A Deputada Erika Kokay faz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios e tem investigado, tem feito um ótimo trabalho, tem ido aos hospitais públicos, tem constatado vários problemas e tem mostrado à sociedade e a esta Casa que faltam vários medicamentos nos hospitais e vários aparelhos aos profissionais da Saúde.

É por isso que o Partido dos Trabalhadores é oposição e tem projeto político para governar o Distrito Federal em 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não há mais nenhum Líder para fazer uso da palavra.

Foi acertado que, logo após os Comunicados de Líderes, faremos uma reunião. Depois voltaremos ao plenário, faremos os Comunicados de Parlamentares e, em seguida, votaremos as matérias, iniciando pela votação da indicação do Presidente do BRB. É esse o acordo dos Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que inclua como item extrapauta a Moção nº 191, de 2008, relativa a moradores e pessoas que construíram Taguatinga, que aniversaria no dia 5 de junho. Se não a votarmos hoje, não dará tempo de confeccionarmos os diplomas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa. e incluo na Ordem do Dia a Moção nº 191, de 2008.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pedi a palavra somente para justificar a ausência do Deputado Berinaldo Pontes, que está no encontro nacional do partido dele, em Goiânia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está justificada a ausência do Deputado Berinaldo Pontes, que está no encontro nacional do PP.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um acordo com o Líder do Governo para que sejam incluídos na pauta os PLCs nºs 78, 79 e 82, de 2008, que tratam dos becos que serão transformados em lotes para militares do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está bem, além do PDL nº 2.107.

Neste momento, convido todos os Parlamentares para a reunião, cujo local já está sendo providenciado. A Presidência vai suspender os trabalhos durante quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h05min, a sessão é reaberta às 16h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está reaberta a sessão.

Informo aos Parlamentares e aos assessores desta Casa que, conforme deliberação do Plenário, a sessão ordinária de amanhã será transformada em Comissão Geral para discutirmos as políticas de assistência social e a sua implantação no âmbito do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Também quero comunicar que, conforme acordo de Líderes, não haverá ponto aqui no plenário. Todos os Parlamentares estão convidados para participar da Comissão Geral, mas não haverá ponto no plenário.

Esta Presidência informa que ficou acordado o adiamento da Comissão Geral que estava prevista para quinta-feira, proposta pelo Deputado Brunelli, para o segundo semestre. Portanto, realizar-se-á sessão ordinária, normalmente.

Para a tarde de hoje ficou acordada a votação do Requerimento nº 24, de 2008, que trata da indicação do Presidente do BRB; o Projeto de Lei nº 816, de 2008, que trata do problema de concessão de crédito; o Projeto de Lei nº 787, de 2008, que trata das questões relacionadas às águas no âmbito do Distrito Federal; o Projeto de Lei nº 786, de 2008, que trata de crédito suplementar. Além desses projetos de autoria do Poder Executivo, há projetos de autoria de Parlamentares.

Esse é o acordo do Colégio de Líderes.

Ratificando: a comissão geral que seria realizada na quinta-feira foi adiada para o segundo semestre. Amanhã está confirmada a reunião da comissão geral, com liberação do ponto em plenário.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ficou acordada também a votação na tarde de hoje das moções, inclusive as inseridas extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Wilson Lima, não há dificuldade para deliberação dessas moções, que serão votadas em bloco. Solicito, portanto, à assessoria que organize essas moções na pauta para votação em bloco.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, a moção de minha autoria é a de nº 198. Solicito a V.Exa. que a inclua na pauta da sessão de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa. Peço à assessoria que organize a pauta com essas moções.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 104, de 17/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 46ª Sessão Ordinária.)

Aproveito a oportunidade para informar aos nobres Pares e também à assessoria dos Parlamentares que na sexta-feira, às 10 horas da manhã, está confirmada a reunião com o Secretário de Governo para tratar das PPPs no âmbito do Distrito Federal – trata-se de proposta de ampliação do limite por parte do Governo. Também na sexta-feira, ocorrerá pela manhã audiência pública sobre a situação dos quiosques no Distrito Federal.

Todos os Deputados estão convidados para essa audiência pública.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 29:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova a indicação do Presidente do Banco de Brasília - BRB”.

Relator: Deputado Paulo Roriz - CEOF

Esta Presidência informa aos Srs. Deputados que o parecer favorável da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à indicação do Sr. Ricardo de Barros Vieira está aprovado.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, começo a discussão desse projeto de decreto legislativo de indicação do Presidente do Banco de Brasília fazendo um protesto. Eu, como Parlamentar, consciente de minha responsabilidade, quero participar de todas as discussões nesta Casa. O eleitor me passou uma procuração para representá-lo, a fim de que eu participe de todas as discussões nesta Casa.

A reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com o possível presidente do BRB aconteceu no mesmo horário da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios, na última quinta-feira, pela manhã. A reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios realizou-se aqui, neste plenário, e a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças reuniu-se no auditório. Como não consigo estar em dois espaços físicos ao mesmo tempo, porque ainda não fui clonado, deixo esse protesto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Todos os Parlamentares que representam a população do Distrito Federal e seus eleitores têm que ter chance de participar de todos os debates. Os horários deveriam ser distintos, para que todos os Parlamentares pudessem participar de todas as atividades. Quando um Parlamentar fala, ele o faz em nome de quem o elegeu, pois representa aqui seus eleitores.

Em segundo lugar, vou me abster de votar a indicação do Presidente do BRB, porque não me pareceu claro o rumo que será dado por ele ao futuro do Banco de Brasília.

Sou uma pessoa que defende a redução do tamanho do Estado. O Estado, hoje, quer cuidar de muitas coisas e acaba não cuidando de nada. O Estado, em minha opinião, deveria ser mais enxuto e mais efetivo, para devolver serviços públicos de qualidade ao contribuinte, que paga impostos pesados. Um banco de fomento popular serve para ajudar as pequenas empresas, as costureiras, o pequeno. Para isso serve um banco popular!

Cabe ao Estado ter, sim, um banco de fomento popular. Esse é o papel do Banco de Brasília. Esse banco não teria prejuízos, pois o pequeno pagaria os seus empréstimos a juros baixos, permitindo-lhe obter lucro, um lucro pequeno. Seu papel não é fornecer empréstimo para grandes empresários, como é feito pelo BRB. Isso não é papel do BRB! Fornecer empréstimo para os grandes empresários é papel dos bancos comerciais. O BRB tem que ajudar o pequeno empresário. Dessa forma o BRB não teria prejuízo, ninguém iria quebrá-lo e ele seria um banco da cidade. Esse é o papel do BRB que, assim, ficaria durante muito tempo sem ter prejuízo.

Não sei qual o futuro do banco. Não tenho como discutir a idoneidade do indicado. Não tenho elementos para julgá-lo. Não sou leviano nem irresponsável. Não condenarei ninguém sem elementos para tal. Portanto, vou me abster de votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Estamos discutindo o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2008. Peço aos Parlamentares que façamos a discussão e a votação dessa matéria.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversei com o Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores e com alguns Líderes da Casa para que votemos em bloco os Itens nºs 22 a 29 – projetos de decreto legislativo, já que estão na pauta da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata o seu pedido, mas com o acordo de todos os Líderes.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 104, de 17/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 46ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluída na pauta de hoje a Moção nº 193, de 2008.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Está acatado o pedido de V.Exa. Vamos, agora, organizar os nossos trabalhos. Estamos, neste momento, na discussão do projeto de decreto legislativo que aprova a indicação do Presidente do Banco de Brasília.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, recentemente, um dos poucos bancos estaduais públicos que ainda existem no Distrito Federal, o Banrisul, também foi alvo de uma proposta do Banco do Brasil para ser incorporado. A Governadora do Rio Grande do Sul que, diga-se de passagem, não guarda comigo qualquer tipo de afinidade ideológica, disse que não aceitaria a venda do Banrisul ou a sua incorporação pelo Banco do Brasil, pois ele é fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Disse ainda a Governadora Yeda Crusius que o Banrisul é fundamental, inclusive, para resolver problemas previdenciários dos servidores públicos e que aquele estado não pode prescindir dele porque é de lá que saem as operações necessárias para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

Essa é a posição de uma governadora que, repito, não guarda comigo nenhuma afinidade ideológica. Já o Governo do Distrito Federal adota uma outra posição, ao estabelecer um processo de profunda irresponsabilidade com o Banco de Brasília. É preciso lembrar que o Banco de Brasília já está no seu quinto presidente, durante o Governo de José Roberto Arruda. É também preciso que tenhamos claro que, há um ano, o nosso Governador disse que o BRB seria inviável, um banco que deu um lucro líquido de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)! Sabemos todos que a matéria prima de sistema financeiro é credibilidade. Esse banco resiste porque é sólido. Estamos há um ano com um Governador dizendo que val se desfazer dessa instituição tão cara para o povo do Distrito Federal!

Por isso, Sr. Presidente, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, não temos como votar favoravelmente à indicação do Sr. Ricardo Vieira. Não temos como fazer isso em função da insegurança e da falta de clareza acerca dos destinos do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Banco de Brasília. Temos a impressão de que o Presidente do banco está lá para cumprir qualquer função que seja imposta pelo Governador do Distrito Federal. E digo que a postura do Governador do Distrito Federal tem sido eivada de irresponsabilidades com aquela instituição financeira. Nunca o Governador foi à imprensa dizer que todos os programas do Governo feitos por meio do Banco de Brasília foram feitos sem nenhum centavo do próprio Estado. Nenhum banco público e nenhum banco neste país paga por programas de transferência de renda – porque isso tem um custo – sem receber nada do autor. Tanto o Banco do Brasil, quanto a Caixa cobram taxas de administração. O Banco de Brasília nada cobra.

O Banco de Brasília está em vários locais do Distrito Federal, onde não existem outros bancos porque está ali para cumprir uma função social. O BRB seria um instrumento extremamente valioso se tivéssemos um programa de desenvolvimento para o Distrito Federal. Mas não há. Eu pergunto ao Vice-Governador, que é o responsável por esse programa, qual é o programa de desenvolvimento do Distrito Federal, pois ele não existe.

Por isso, Sr. Presidente, a bancada o Partido dos Trabalhadores se absterá nesta discussão. Pouco importa saber que temos uma instituição e um presidente que diz que vai alavancá-la, se para amanhã pode estar previsto um processo de privatização para essa instituição.

Para concluir, quero lembrar que nós, mais do que ninguém, denunciemos aqui dois diretores do Banco de Brasília sobre seus passados de folha corrida, com vários processos em várias instâncias que apuram corrupção. Nada foi auscultado. Foi necessário que houvesse a Operação Aquarela e que nesta operação fossem encontrados duzentos mil dólares na diretoria, sob comando de um dos diretores que nós denunciemos como aquele que não tinha história para estar na direção do Banco de Brasília. Recursos que não se sabe de onde vieram. Isso precisou ocorrer para que esses dois diretores saíssem do Banco do Brasília.

Portanto, vamos nos abster do voto e exigimos do Governador do Distrito Federal respeito com essa instituição. O Governador do Distrito Federal não pode tratar o Banco de Brasília como tem tratado e tem que explicar muita coisa, como por que foi demitido um dos diretores daquele banco que, ao que tudo indica, estabeleceu um contrato para a capacitação dos funcionários do BRB com uma empresa dirigida pelo seu irmão. E tem que explicar ainda por que o presidente que sai do banco, neste momento, diz que sai com as mãos limpas e que conseguiu mantê-las limpas em seis meses de gestão.

Muito há que se explicar, para que esta cidade e o Governador do Distrito Federal possam dar ao BRB o respeito que ele merece, bem como ao seu corpo de funcionários.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que a votação seja feita pelo processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI Nº(S) _____
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 135/08
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): CEOF.

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP				X	
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT			X		
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT			X		
	EURIDES BRITO	PMDB				X	
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT			X		
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT			X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	11		4	9	

**P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 03/06/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA _____

MAT. _____

ASSP/ Nº 1

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 11 votos favoráveis e 4 abstenções. Houve 9 ausências.

Está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2008, em turno único.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2008, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “aprova a indicação do Presidente do Banco de Brasília - BRB”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 816, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica”.

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado - CCJ

Não há pareceres das comissões. Este projeto recebeu cinco emendas.

A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria em relação ao projeto e, também, às cinco emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 816, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica”.

O projeto recebeu cinco emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores: Emenda Aditiva nº 1, Emenda Aditiva de Plenário nº 2, Emenda Aditiva de Plenário nº 3, Emenda Modificativa de Plenário nº 4 e Emenda Modificativa de Plenário nº 5. Todas essas emendas estão sendo acatadas.

O parecer é pela admissibilidade do projeto e pelo acatamento das cinco emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Benício Tavares para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Benício Tavares, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 816, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica”. No nosso entendimento, o projeto atende os requisitos da constitucionalidade e boa técnica legislativa.

Foram apresentadas cinco emendas ao projeto. Diante do acordo feito, somos pela aprovação das cinco emendas apresentadas. Não procederei à leitura porque elas fazem parte do acordo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto requer, para sua aprovação, 16 votos favoráveis. Encontram-se em plenário apenas 15 Parlamentares. Portanto, solicito que seja apreciado outro item da pauta até que tenhamos o *quorum* necessário para a aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 787, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 633, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Paulo Roriz - CEOF

A matéria não recebeu parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Na ausência do Relator, solicito ao Deputado Rôney Nemer que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 787, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008, e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 633, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o parecer é pelo acatamento dos dois projetos de lei, na forma do substitutivo ora apresentado.



Data	Horário Início	Sessão/Renúncio	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está se procedendo à alteração do anexo de metas e prioridades da LDO, em função da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda para liberação de novas contratações de operações de crédito, na forma do que estabelece o Manual de Instrução de Pleitos relativo a operações de créditos.

Essas operações de créditos têm por finalidade viabilizar a realização do Programa de Gestão de Águas e Drenagem Urbana do DF - Águas do DF, a ser financiado com recursos externos da Corporação Andina de Fomento - CAF, e do Programa de Modernização de Gestão Pública do DF - Gestão GDF, o SUAP, que será financiado com recursos externos do BIRD.

Sr. Presidente, eu fui contra todos os empréstimos internacionais solicitados pelo Governo do Distrito Federal nesta Casa. Fui o único voto contrário, quando esta Casa autorizou o GDF a contratar empréstimos internacionais no BIRD.

Eu não sou contra o Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do DF - Águas do DF, que considero um programa excelente e necessário. Mas eu não concordo com a tomada de empréstimos internacionais vultosos pelo Governo do Distrito Federal, que deixa as dívidas para o próximo governo pagar. Eu não considero responsável um governo tomar um empréstimo internacional e deixar uma dívida para o próximo governo pagá-la. Em minha opinião isso não é correto. Eu penso que um governo deve tentar se gerir com os recursos que ele tem, tentando não gastar mais do que arrecada.

Isso é o que um governo sério e responsável dever fazer. E não ficar criando dívidas para o próximo governante pagar. Os governos neste País estão do jeito que estão porque um contrai dívida para o próximo. Dessa forma é muito fácil, é só você pegar empréstimo e deixar para o próximo pagar.

Eu considero o Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do DF - Águas do DF, um excelente programa, com o conhecimento que eu tenho dele, hoje. Agora, eu não concordo com o fato de um governo contrair empréstimos vultosos e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

deixar para os próximos governantes pagarem. Isso para mim não é correto. Por isso, votarei contrário a este projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para dizer ao Deputado Reguffe que há de se diferenciar o que é política de governo e política de estado.

Política de estado tem de perpassar o conjunto dos governos. Então, a gestão de águas e a possibilidade de termos Brasília eliminada em seus bolsões, bolsões de falência ou de inexistência de políticas públicas, isso tem de ser uma política de estado. Se não é assim, vamos ter o que está acontecendo hoje: as cores sobrepondo-se ao próprio Estado. Ou a tentativa do Governo atual de tirar marcas de políticas de estado feitas por governos anteriores.

Portanto, não se pode ter o Estado, com suas políticas, sendo vergado pela lógica dos governos. Um empréstimo dessa monta tem de perpassar os anos correspondentes a um governo. E tem de ser assumido pelo governo seguinte, porque se trata, pelo que analisamos, de política de estado!

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, como fui citado, eu quero, durante um minuto, poder...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não. Deputado Reguffe, V.Exa. foi citado, mas não de forma ofensiva. Não é? Foi muito mais uma análise de seu posicionamento. Não cabe, neste caso...

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, vai ser um minuto bem breve. O Regimento não diz, Sr. Presidente, que o Parlamentar só pode discutir uma vez!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Veja só, Deputado: a matéria não está mais em discussão. O projeto já foi votado em primeiro turno. A Deputada Erika Kokay usou da palavra para uma declaração de voto de seu posicionamento favorável ao projeto. Em sua declaração de voto, S.Exa. justifica que votou favoravelmente ao projeto e faz um questionamento de sua posição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO REGUFFE – Eu sei. Mas, Sr. Presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A matéria não está mais em discussão.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, então eu solicito o uso da palavra apenas para que eu possa...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero apenas dizer que sei diferenciar política de estado de política de governo.

Agora, por esse exemplo dado, nós teremos de fazer um empréstimo internacional para resolver o problema da saúde pública, que no Distrito Federal é um caos! Faltam medicamentos nos pronto-socorros e nas emergências dos hospitais. Teremos de fazer um empréstimo internacional para financiar a educação pública, porque a escola pública não é de boa qualidade!

O Governo tem mais três anos pela frente. Por que não faz um empréstimo para pagar até o último ano de governo? Agora, deixar para o próximo pagar, aí é muito fácil! É muito fácil o Governo querer resolver todos os problemas assim!

Eu acho que o Governo foi eleito democraticamente, legitimamente pela população do Distrito Federal. Agora, para resolver seus problemas no período de governo! Para o próximo, a população vai julgar nas urnas em 2010. Não acho que seja justo um governo fazer dívidas para o próximo governo pagar! Não acho que isso seja correto. Essa é a minha posição.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Paulo Tadeu, Deputado Reguffe, quero só fazer um esclarecimento: na verdade, acho que estamos fazendo esse compromisso, mas a intenção não é deixar para o próximo governo pagar. Com o brilhante governo que Arruda vem fazendo, com certeza estaremos aqui para quatro anos de novo!

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – E já passamos para a possível reeleição. Vamos voltar às matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Como registrado, o PL 787/2008 vai à apreciação em segundo turno.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 104, de 17/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 46ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a inclusão de um item na pauta da Ordem do Dia. Eu não sei por que isso ocorreu, pois o Regimento Interno desta Casa é muito claro. Deve ter havido algum lapso, algum trabalho muito atarefado. Há a questão da assessoria, a redução dos quadros, o que realmente tem acontecido nesta Casa.

De qualquer modo, solicito seja incluída a Moção nº 190, de 2008, que parabeniza e pede que o Governo do Distrito Federal envie a esta Casa, o mais rápido possível, lei específica para o pagamento de cento e cinquenta e quatro milhões de dívidas trabalhistas que resultaram num grande acordo. Dívidas trabalhistas dos trabalhadores concursados da Novacap.

Essa dívida é de um bilhão e duzentos milhões de reais. No próximo dia 13 de junho será realizada nova audiência na 2ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho. Sr. Presidente, V.Exa., assim, como todos os demais Deputados desta Casa, é signatário. Assim, que possamos aprovar essa moção neste dia.

E também reforço uma questão de encaminhamento a V.Exa.: a apreciação dos projetos de decreto legislativo que constam do Item nº 22 ao 29.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Brunelli.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 786, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.345.732,00 (um milhão trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais)”.

Relator: Deputado - CEOF.

Esta Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria. S.Exa. é um Parlamentar sempre atuante nesta Casa.

Como foi dito anteriormente, Deputado Rôney Nemer, sei que V.Exa. vai realmente para uma missão árdua no Governo do Distrito Federal. Então, vamos aproveitar os últimos Instantes de V.Exa. nesta Casa, talvez pelos próximos meses.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 786, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.345.732,00 (um milhão trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais)”.

Foram apresentadas oito emendas na Comissão. Dessas, sete foram retiradas. E permaneceu apenas a Emenda Aditiva nº 4. Além disso, foram apresentadas mais três emendas de Plenário.

A Emenda Aditiva nº 4, de 2008, é de autoria do Relator, Deputado Berinaldo Pontes. Nosso parecer acata essa emenda. Acatada.

As três emendas de Plenário são as seguintes: Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes; Emenda Supressiva nº 2, também de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, e a Emenda Aditiva nº 3, de autoria da Mesa Diretora. Todas de 2008.

Portanto, o parecer acata a Emenda nº 4, apresentada na Comissão, e as três emendas apresentadas de Plenário, bem como o Projeto de Lei nº 786, de 2008. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votarei contra o projeto porque ele tira R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da Fundação Hemocentro, que poderiam ser gastos para o bem da população, e coloca esse dinheiro para ser gasto em publicidade e propaganda da própria Fundação Hemocentro. Tira o dinheiro da atividade fim da fundação e passa-o para publicidade e propaganda da fundação. Quero que o dinheiro esteja na atividade fim da Fundação Hemocentro, e não em publicidade e propaganda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Além disso, tira R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais) das atividades do DER – Departamento de Estradas e Rodagens, que seriam para equipamentos e máquinas, ou seja, para cumprir o papel do DER, e transfere-os para publicidade e propaganda do DER, para publicação de editais em jornais locais.

Por isso, votarei contrário a esse projeto, seguindo a minha consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela minha consciência, votarei favorável, mesmo sendo oposição ao Governo, porque R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) serão tirados da atividade fim, da parte de publicações – isso tem de ficar claro para os Parlamentares –, e serão destinados para propaganda e publicidade justamente para incentivar as pessoas a doarem sangue ao Hemocentro.

Do DER, também é tirado da parte administrativa, não da atividade fim, e é destinado para a publicidade, para que possamos salvar vidas. Senão o discurso fica incoerente: primeiro, defende a educação; depois, não quer que faça campanhas educativas para que possamos salvar vidas pelo DER e para que os bancos de sangue, inclusive do Hemocentro, fiquem com mais sangue, porque temos hoje um problema de falta de sangue no Hemocentro.

Então, é uma questão de coerência e de minha consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 786, de 2008.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas deixar claro que o Governo gasta excessivamente em publicidade e propaganda. Então, não precisa haver mais recursos para serem gastos em publicidade e propaganda, pois acho que a verba que o Governo gasta com publicidade e propaganda já é excessiva. O Governo deveria gastar muito menos e talvez usar esse dinheiro em educação e saúde. Assim, faria mais pela população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considerando que há 16 Parlamentares presentes, peço a V.Exa. que votemos, em primeiro turno, o Item nº 4, uma vez que já foram votados os pareceres.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 816, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços nos termos que especifica”.

É importante salientar que este projeto necessita de 16 votos “sim” para a sua aprovação.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiro fazer um protesto contra o Governo, porque ele simplesmente desrespeita esta Casa ao não aceitar os projetos iniciados aqui. O projeto é apreciado, aprovado, e aí o Governo resolve mudar todo o projeto e mandar outro.

Votarei favorável, pois penso que é um avanço esse projeto do Governo, mas não deveria ser “até 30%”, deveria ser “no valor de 30%”, como estava no meu projeto aprovado aqui. O Governo, para ter a paternidade, resolve mudar um pouco as coisas e piora o projeto. Mesmo assim, eu votarei favorável, pois é um avanço. Eu quero ver pelo menos isso ser colocado em prática para a população do Distrito Federal.

O que é o projeto? Ele permite que o contribuinte tenha um desconto no IPTU e no IPVA. Eu apresentei um projeto para que o contribuinte tivesse um desconto de até 99% no pagamento do IPTU e do IPVA. O que o contribuinte deve fazer em troca? Exigir notas fiscais, o que, aliás, já deveria ser obrigação de todos os contribuintes. Por cada compra que o contribuinte fizer, 30% do tributo recolhido de ICMS ou ISS da nota fiscal ficará com o contribuinte em forma de crédito, para ser abatido no ano subsequente. A arrecadação do Governo não cairá; aumentará, pois a sonegação diminuirá bruscamente. E mais: o contribuinte só ganhará o crédito quando o empresário recolher aquele imposto. Se o empresário não recolher o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Imposto, o contribuinte vai lá, e o Governo terá como fiscalizar aquela empresa. Melhora até a fiscalização do Estado.

Esse é um projeto que foi apresentado por mim. Para fazer justiça, antes o Deputado Leonardo Prudente já havia apresentado aqui nesta Casa um projeto sobre notas fiscais que não envolvia desconto em IPTU e IPVA, mas envolvia incentivo à nota fiscal. Eu acho que, por justiça, esse projeto tinha de ter a autoria do Deputado Leonardo Prudente e também a minha e ser feito na forma original dele, que era muito melhor para a população do que o que está sendo feito agora. O importante é que a população tenha esse resultado na prática. Eu gostaria que fosse feito na forma original dele, que era melhor para a população do que o que o Governo está apresentando, mas, pelo menos, o que o Governo está apresentando é um avanço. Só espero que o Governo coloque isso em prática imediatamente.

Isso já existe no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Em São Paulo, houve um acréscimo na arrecadação no valor de oitocentos e dez milhões de reais, um dinheiro que pode ser investido na segurança pública, na saúde pública, na educação. Se o contribuinte comprar uma camisa de cem reais, ele paga 12% de ICMS sobre esta camisa. Desses doze reais, hoje o empresário não emite nota fiscal. Então, o contribuinte ganha zero, o Governo e a sociedade ganham zero, e o empresário que sonogou ganha doze reais. Com este projeto, 70% dos doze reais vão para o Governo. Então, o Governo aumenta sua arrecadação em oito reais e quarenta centavos com esse projeto. E 30% do valor recolhido de ICMS, três reais e sessenta centavos, vão para o contribuinte, que tem esse valor abatido no IPTU e no IPVA do ano subsequente.

É um grande projeto. Ele diminui o peso da carga tributária para o contribuinte; cumpre um papel pedagógico de cidadania, porque incentiva os contribuintes a exigirem a nota fiscal, que, aliás, já deveria ser obrigação de todos os contribuintes; e fará com que o Governo também tenha um incremento na sua arrecadação. Ou seja, é um grande projeto.

Quero aqui parabenizar as contribuições dadas, principalmente a do Deputado Leonardo Prudente – temos de fazer justiça – porque foi o primeiro Deputado que apresentou um projeto sobre nota fiscal na Câmara Legislativa. Eu, depois, trouxe esse projeto de São Paulo – um substitutivo ao projeto de S.Exa. Penso que o contribuinte tem que pagar menos impostos, tem que ser menos penalizado na hora de pagar o IPTU e o IPVA, e esse projeto diminui a carga tributária para o contribuinte do Distrito Federal.

Essa foi a contribuição que dei. Espero que esta Casa aprove na tarde de hoje esse projeto, que é bom para a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto tem uma lógica, que é a lógica de buscar evitar a sonegação. Agora, guarda uma incoerência muito grande com a política que o Governo tem desenvolvido no Distrito Federal. Digo isso porque o Governo tem anunciado que está perto do limite prudencial no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Diz que não pode contratar um único servidor público, porque pensam alguns que o problema da Saúde e Educação são os recursos, mas em verdade não são os recursos.

O Secretário de Educação diz, para quem quiser ouvir, que o problema da educação do Distrito Federal não é a ausência de recursos. É o maior orçamento que existe em todo o País, a unidade da Federação que tem o maior orçamento para a Educação e a Saúde. E nós temos uma Saúde mergulhada no caos, temos uma Educação mergulhada no caos.

Tivemos aqui uma série de estudantes que exigiam o que é de direito: professores nos laboratórios. Isso porque o Governo está tirando os professores dos laboratórios. O Governo impediu a contratação de pessoas, que abriram mão de seus empregos, que fizeram exames admissionais e não assumiram. Por exemplo, bombeiros, oficiais bombeiros tomaram posse e não assumiram; orientadores educacionais e professores tomaram posse, abriram conta no BRB para receber o salário, e não assumiram.

O Governo diz que faz tudo isso porque está no limite prudencial, o que não é verdadeiro. Os gastos com o Executivo estão por volta de 37%. E o Governo que diz estar no limite de sua responsabilidade fiscal, cria uma empresa – a CODHAB – com cargos comissionados: mais gastos. Manda para esta Casa um projeto que cria uma companhia metropolitana de trânsito: mais gastos. Este Governo, que diz estar no limite, apresenta um projeto do bolão fiscal que vai ter uma renúncia de receita em torno de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões).

Estima o Governo que evitará a sonegação e terá um saldo positivo, mas o que de concreto se tem é que o Governo abrirá mão de 32% da receita com esses dois impostos para os maiores consumidores. Quem mais consome? Não é a população de baixa renda quem mais consome. Esta população, com uma faixa de renda intermediária e alta, será a grande beneficiária de uma renúncia fiscal em um Governo que diz estar no limite prudencial e não pode contratar nenhum servidor público.

O Governo diz que vai ter um saldo positivo de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), mas o concreto que temos hoje é que vai haver uma renúncia por volta de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), em um Governo que diz estar no limite de sua responsabilidade fiscal, e tem deixado a população do Distrito Federal sem atendimento nos hospitais, sem professores nos laboratórios, prejudicando os nossos meninos e meninas que estão na escola pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

O que tem feito o Governo? Pisoteado a cidadania, abrindo seqüelas indelévels na própria condição humana do povo do Distrito Federal com a falência das políticas sociais. Além disso, será que realmente vai ter essa receita?

O processo do bolão fiscal que está em curso é extremamente burocratizado. O Governo terá que se aparelhar para isso. O consumidor terá que pegar a nota, terá que se cadastrar e fazer uma série de procedimentos que me fazem questionar se realmente se eliminará a sonegação. Os bolões fiscais que havia aqui no Distrito Federal talvez fossem mais efetivos para se exigir a nota fiscal. Aliás, essa deveria ser uma prática de todas e todos, porque pagamos os impostos indiretamente nos produtos que consumimos.

Portanto, eu diria que ainda que o projeto tenha méritos, ele guarda uma incoerência com o discurso do Governo que diz não ter dinheiro, segundo ele, para contratar um único médico, um único profissional da Saúde, um único profissional da Educação.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer à Taquigrafia que foram lidos quinze projetos de decretos legislativos, um a um. Cada um desses projetos concede um título de Cidadão Honorário de Brasília. Era apenas para esclarecer à Taquigrafia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concluída a discussão do Projeto de Lei nº 816, de 2008, vou solicitar ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Parlamentares para votação em primeiro turno.

Prestem atenção, a votação será pelo processo nominal e, como se trata de concessão de benefício de natureza tributária, a matéria necessita do voto favorável de dois terços dos membros desta Casa, o que significa 16 votos "sim".

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)
PROJETO DE LEI Nº(S) 816108
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
RECURSO Nº(S)
REQUERIMENTO Nº(S)
OUTROS

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): Executivo
Relator: Deputado(a):

Table with 8 columns: P/S, NOME DO DEPUTADO(A), PART, SIM, NÃO, ABST, AUS, DV. Rows include names like BATISTA DAS COOPERATIVAS, BENÍCIO TAVARES, BERINALDO PONTES, etc.

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM / /2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na maioria das vezes, eu e o Deputado Leonardo Prudente votamos os projetos contrariamente. Um vota de um jeito e o outro vota de outro jeito. Às vezes, temos posições opostas aqui na Casa. Mas trabalhamos juntos nesse projeto para que ele fosse aprovado.

Acredito que, com isso, esta Casa dá uma grande contribuição à população e ao contribuinte do Distrito Federal, que vai pagar menos impostos. Menos na hora de pagar o seu IPTU e menos na hora de pagar o seu IPVA. Creio ser essa uma contribuição concreta e objetiva para os contribuintes do Distrito Federal. Por isso, parabéns ao Deputado Leonardo Prudente e esta Casa, porque o contribuinte merece pagar menos impostos.

Penso que é responsabilidade do Poder Legislativo, de forma inteligente e criativa, fazer com que não se tenha uma queda de arrecadação, e fazer com que o contribuinte possa pagar menos impostos simplesmente reduzindo a sonegação. Trata-se de um grande projeto, o qual fico feliz de votar nesta tarde.

Registro ainda que eu tive – e tenho – muitas críticas com relação às posições desta Casa. Hoje, no entanto, estamos dando uma boa contribuição à população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 844, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "Institui no Distrito Federal o Dia da Soka Gakkai Internacional e do Dr. Daisaku Ikeda".

Relatores: Deputado Willson Lima - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 844, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "Institui no Distrito Federal o Dia da Soka Gakkai Internacional e do Dr. Daisaku Ikeda".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito o encaminhamento daquilo que foi aprovado pela Mesa. V.Exa. disse que, após da votação do projeto do Poder Executivo, o meu seria votado. Já foi votado este último.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Brunelli, quando da reunião com os demais Parlamentares, já tinha sido acertada uma pauta de votação em que constavam os quatro itens do Poder Executivo, o projeto da Deputada Erika Kokay, o da Deputada Luzia de Paula, o do Deputado Cabo Patrício, o do Deputado Milton Barbosa e as demais moções e requerimentos de V.Exa. e de outros Parlamentares. Portanto, essa é a ordem que já havia sido acertada.

Todos os pedidos trazidos pelos Parlamentares a esta Presidência têm sido acatados seguindo a ordem, conforme estabelecido pelo Colégio de Líderes.

DEPUTADO BRUNELLI – Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item de minha autoria é o de nº 19, Projeto de Lei nº 282.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Faremos a votação do Item nº 19, de autoria do Deputado Cabo Patrício, e do Item nº 14, da Deputada Luzia de Paula. O Deputado Milton Barbosa tem uma moção que será entregue na semana que vem.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 282, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “determina data limite para envio à União das propostas que tratam do realinhamento das remunerações previstas na Lei Federal nº 10.486, de 2002 (remuneração dos militares do Distrito Federal)”.

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CEOF

Deputado Raad Massouh - CAS

Deputado Brunelli - CCJ

Já foram aprovados os pareceres da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Assuntos Sociais.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 282, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “determina data limite para envio à União das propostas que tratam do realinhamento das remunerações previstas na Lei Federal nº 10.486, de 2002 (remuneração dos militares do Distrito Federal)”. A data limite sobre as propostas de realinhamento é uma questão difusa quanto à determinação dessas datas ao Poder Executivo.

Por uma questão de celeridade do processo, iremos falar quanto à moralidade, que penso ser até plural. Não vejo apenas a legalidade, porque no meu entender há uma interferência entre Poderes, mas votarei pela admissibilidade. Registro, porém, essa observação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 566, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a criação do disque-pichação, linha telefônica destinada a receber denúncias de pichação em logradouros e prédios públicos e/ou estabelecimentos particulares, no âmbito do Distrito Federal".

Relatores: Deputado Bispo Renato - CESC
Deputado - CCJ

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 566, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a criação do disque-pichação, linha telefônica destinada a receber denúncias de pichação em logradouros e prédios públicos e/ou estabelecimentos particulares, no âmbito do Distrito Federal".

O disque-pichação corrobora o programa denominado "Picasso não pichava", que tem apresentado resultado favorável. O programa institui e acompanha pichadores, oferece cursos de pintura e dá condições para que os infratores se tornem artistas. Por tudo isso, no âmbito da Comissão de Segurança, somos favoráveis à sua aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Segurança. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 566, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “dispõe sobre a criação do disque-pichação, linha telefônica destinada a receber denúncias de pichação em logradouros e prédios públicos e/ou estabelecimentos particulares, no âmbito do Distrito Federal”.

O mérito do serviço previsto no projeto — que, a meu ver, ficaria melhor com a criação de um programa — é muito importante. A Deputada Luzia de Paula teve uma brilhante idéia quando propôs o disque-pichação. Porém, certamente, este projeto gerará custo para o Poder Executivo, que terá de colocar um pessoal à disposição desse serviço.

A Comissão de Segurança já se pronunciou e nós, da Comissão de Constituição e Justiça, também entendemos que se trata de função de mérito relevante para a sociedade. No que tange à questão da legalidade, pensamos que deveria haver esse ajuste, mas entendemos que urge a esta sociedade, neste momento, a necessidade de evoluir nesse campo.

Nosso parecer é, portanto, pela admissibilidade da matéria. É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 190, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "manifesta ao Senhor Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, apoio no encaminhamento de proposição específica que garanta recursos para o pagamento do passivo trabalhista dos servidores da Novacap, de que trata o Processo nº 00191-1998-002-10-00-9 – 2ª Vara do Trabalho de Brasília – TRT – 10ª Região, devendo conter o texto cláusulas que dêem garantias reais para o cumprimento de acordo firmado entre os exeqüentes e executado, bem como previsão legal do pagamento da dívida a ser incluída nas leis orçamentárias futuras".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 191, de 2008, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Região Administrativa de Taguatinga – RA III, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 192, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Distrito Federal, as pessoas que menciona".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 193, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Gama, as pessoas que menciona".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa. Diante da complexidade do assunto a ser abordado, V.Exa. poderá fazer uso da tribuna.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que nos traz a esta tribuna é o projeto de lei das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Igrejas. Há alguns dias, devolvemos esse projeto ao Governo, que o encaminhou à Terracap para as devidas correções sobre os lotes das Igrejas.

Tal levantamento foi feito e tanto eu quanto o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, juntamente com os técnicos da Terracap, verificamos todos os lotes, tanto os do projeto original do Governo, quanto os terrenos das emendas dos Parlamentares, que totalizavam aproximadamente 1.830 – não tenho o número exato. Foi feito o levantamento no prazo dado por nós – demos quinze dias e depois estendemos por mais uma semana – e esse relatório ficou pronto ontem.

Foram visitados todos os lotes. É bom que se informe que dos lotes visitados foram tiradas fotos. Todos esses lotes têm fotos na Terracap, e as remeteremos a esta Casa.

Mas o motivo que me traz a esta tribuna é para dizer a V.Exas. que o Governador irá retirar o projeto, hoje ou amanhã de manhã, atendendo a nossa solicitação. S.Exa. enviará um requerimento a esta Casa para retirar o projeto e nos remeterá, no dia de amanhã, um novo projeto.

Nesse novo projeto, somente irão constar 408 lotes das igrejas. Esses 408 lotes estão legais e aptos para o Governo vender para as Igrejas. O restante não está apto. Não quero entrar em polêmica, mas o Governo verificou também, no projeto original, alguns erros. O Governador, ao saber disso, mais do que depressa, como homem preocupado com essas situações, achou melhor retirar o projeto.

Eu e o Deputado Leonardo Prudente até poderíamos fazer uma emenda supressiva – como V.Exas. também – para suprimir esses lotes, mas o Governador, sensível a esses erros, inclusive erros de técnicos do Governo – todo ser humano está sujeito a erros –, resolveu retirá-lo. Então, o Governador imediatamente disse ao Líder de Governo que irá retirar, no dia de amanhã, esse projeto e irá mandar outro somente com 408 lotes. Esses 408 lotes estão aptos a serem vendidos; e o restante, em um futuro próximo – quem sabe, com uma discussão nossa –, poderá ser mandado outro projeto para que possamos analisá-lo.

Sr. Presidente, este é o comunicado que eu faço à Casa: o Governador irá retirar o projeto amanhã e remeterá outro à Casa. Por isso, agradeço o esforço do Líder de Governo nos dias de ontem e de hoje, para que pudéssemos ter acesso a todos os dados.

Parabenizo todos os servidores da Terracap, porque estão há quinze dias, dia e noite, fotografando esses lotes.

Então, esse é o recado que o Governador me passou como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e que eu transmito a esta Casa, à imprensa, tendo em vista o fato de que o Deputado Leonardo Prudente também já estava sabendo de tudo o que estava acontecendo.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer e colaborar com as considerações do Deputado Paulo Roriz. No dia de ontem, começamos essa discussão com o Governador, e hoje, na parte da tarde, haveria uma nova reunião. Não pude comparecer a ela em função das nossas atividades aqui no plenário. Mas o Deputado Paulo Roriz, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, participou daquela reunião com todas as prerrogativas e condições para deliberar sobre esse assunto.

É claro que quando houve toda aquela celeuma em relação à discussão na entrevista coletiva, Deputado Paulo Roriz, algumas matérias de jornais até veicularam eventuais divergências entre mim e o Deputado Paulo Roriz.

Agora, é importante esclarecer que a única questão colocada, Deputado, foi sobre a forma, porque nós entendíamos que poderíamos votar todos os endereços, Deputado Wilson Lima, e depois a Terracap faria a verificação, e aquele lote que estivesse rigorosamente em condições de regularização seria regularizado.

Inclusive, o Deputado Paulo Roriz fez o encaminhamento para que essa apreciação fosse feita antecipadamente e, sob seu ponto de vista, que também está absolutamente correto, foi feito esse encaminhamento. Mas quando o Governador deparou com os dados, verificou que, em muitas emendas e no próprio projeto original do Governo, existiam falhas. Não apenas falhas, Deputado Wilson Lima, mas uma questão de expectativa de regularização, porque o projeto traz dez anexos e trata dos lotes da Terracap que estão já na sua destinação prevista para templos e instituições sociais, e existem aqueles anexos também que estão fora de destinação, ou seja, o projeto foi muito amplo.

O entendimento do Governo é de desdobrar esse projeto em dois, ou seja, enviar para esta Casa apenas os lotes cuja destinação já prevê a questão da localização de templos, e também de instituições sociais. Em um segundo momento, até porque não há como regularizar todos imediatamente, o Governo irá regularizar apenas os que estão em condições absolutas de regularização. A partir daí, paralelamente a essa ação, o compromisso do Governador é dar continuidade ao trabalho da Terracap, fotografando e verificando todos os outros lotes que são passíveis de regularização futura, que não estarão prejudicados.

Segundo fui informado pelo Governador, nesta tarde, os terrenos das igrejas que não estão em áreas de igrejas poderão, se aprovados em audiência pública, certamente ser amanhã regularizados, também na condição de templos religiosos e de instituição social.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Portanto, Sr. Presidente, contribuindo com os esclarecimentos do Deputado Paulo Roriz, é oportuna a retirada desse projeto pelo Poder Executivo – e eu disse isso ao Governador –, para que, considerando que há necessidade de supressão, o ônus, Deputado Wilson Lima, não seja dos Parlamentares. Não podemos, depois de tanta discussão, de receber, de ouvir a Mitra, de ouvir os conselhos de pastores, assumirmos o ônus de retirar e suprimir essas áreas.

O Governo fará essa supressão, no primeiro momento, mas tem o compromisso com esta Casa de enviar um segundo projeto contemplando as outras áreas, para que toda área pertencente a Igreja ou instituição social seja regularizada, não apenas esses 408 lotes iniciais que estarão sendo encaminhados pelo Poder Executivo.

Era isso o que eu tinha a dizer.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – O Governo agora sinaliza com a real situação de retirar o projeto da Câmara Legislativa do Distrito Federal amanhã e enviar um novo projeto com apenas 408 lotes.

É bom que fique claro nesta Casa que desde o início, na primeira audiência pública realizada nesta Casa sobre esse assunto, com todos os presentes que representam as entidades religiosas e entidades de assistência social, a bancada do Partido dos Trabalhadores colocou a necessidade de desmembramento do projeto, para que não se criasse uma expectativa em todas as pessoas que queriam seus terrenos regularizados.

Colocamos que poderiam ser regularizados, primeiro, os que estavam em situação de projeto de decreto legislativo aprovado e que o restante ficasse para ser discutido, em ampla discussão, com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, com a Terracap e com os órgãos responsáveis, para depois serem aprovados.

Agora, estamos vendo que essas pessoas estão frustradas. Isso não precisaria ter acontecido. Agora, o ônus disso, Sr. Presidente, cai sobre nós. Não adianta o Governador retirar o projeto. Agora o Governador ficou bonzinho. S.Exa. retirou o projeto ao perceber irregularidades. Não são as emendas dos Parlamentares que contêm irregularidades, o projeto veio com incorreções. O anexo estava com vários endereçamentos questionados por nós desde o início. Por isso que a bancada do Partido dos Trabalhadores não apresentou nenhuma emenda de endereçamento.

É bom que fique claro que não é a retirada do projeto pelo Governador que vai retirar o que caiu sobre os Parlamentares desta Casa – a imagem ruim da Câmara, noticiada pela mídia do Distrito Federal, que mostrou os lotes vazios, os que não eram de entidades religiosas e de assistência social. Esse desgaste poderia ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

sido evitado. O Poder Executivo não preservou os Parlamentares nem o Poder Legislativo.

Esse projeto tinha que ter sido devolvido pela Presidência desta Casa para o Poder Executivo em função das incorreções. Nas audiências públicas que foram realizadas aqui, em todos os momentos, vários Parlamentares colocaram as irregularidades desse projeto. É bom que isso fique claro, pois parece que o Governo percebeu as irregularidades depois de uma reunião com a Terracap e retirou o projeto. Todos esses fatos têm sido levantados desde o início, nas discussões da primeira audiência pública sobre essa questão que foi realizada aqui. Encheram esta Casa de líderes religiosos, de entidades de assistência social para pressioná-la a aprovar o projeto o mais rapidamente possível.

O que vemos agora é o retardamento da apreciação desse projeto. Com certeza, no encaminhamento de amanhã, é necessária muita atenção por parte de todos nós, para que depois não ocorra o que está acontecendo agora: o desgaste do Poder Legislativo e dos 24 Parlamentares desta Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras dos Parlamentares que me antecederam.

É verdade que se levantou o problema relacionado ao Deputado Paulo Roriz. Daquela tribuna, ao verificar que se queria colocar um selo na testa dos Parlamentares por terem fabricado submarinos ou coisa que o valha, eu disse que o mesmo tratamento deveria ser dado à lista do Governo. O Governador, na mesma tarde, ligou para o Antonio Gomes para saber o que eu queria. Eu disse: "Eu não quero nada. Quero apenas o mesmo tratamento que está sendo dado aos Deputados, porque tenho certeza, Antonio Gomes, de que vocês não fizeram nenhuma vitória em nenhum imóvel destes aqui". E a verdade acabou prevalecendo – realmente, não haviam feito.

Mas como o Deputado Cabo Patrício disse, agora se tira o projeto, quando o correto mesmo seria devolver. Isso não é correto, pois pode transparecer que a culpa é dos Parlamentares. Não é.

O projeto haverá de vir acompanhado dos laudos de vitória de cada lote, com fotografias, sem o que não teremos segurança para votar. Espero, como disse o Líder Deputado Leonardo Prudente, que esse projeto venha logo e, em seguida, em cima dos estudos realizados, venha o seguinte para não frustrar os líderes religiosos e de entidades de assistência social.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o nobre Deputado Paulo Roriz pela sua preocupação, pela sua visão. Apesar das dificuldades que enfrentou, das críticas que recebeu, levou todo esse estudo adiante, chegando a essa imoralidade.

Peço somente que coloquem o nome dos autores de todas as emendas, de quem fez e de quem não fez, porque é injusto alguém como eu, por exemplo, que não apresentei emenda nenhuma, estar citado entre os 24 Deputados, âmbito em que podem ter surgido algumas atitudes de extrema má-fé.

Então, tem-se de dar nomes, sim, a cada pessoa e a cada autor de emenda indevida. Quando se tem o microfone, fala-se o que quer. Não citei o nome de V.Exa., Deputado Brunelli, mas dos 24 Deputados. Se a carapuça cabe em V.Exa., não me diz respeito.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é urgente que todos os Parlamentares conheçam os estudos que foram feitos pela Terracap, porque é preciso analisarmos todos os estudos a fim de, inclusive, apreciarmos o projeto em segundo turno.

Não há nenhuma segurança para apreciarmos um projeto com base neste informe que aqui foi dado. Um informe que acontece apenas porque não se cumpriu a lei. Havíamos de ter, antes da apreciação do projeto, o Poder Executivo cumprindo com as funções que lhe cabem e que são previstas nas leis maiores deste país, na própria Lei Orgânica do Distrito Federal – encaminhar todos os estudos técnicos sobre todos os anexos. Foi dito aqui que não se trata apenas de emendas de Parlamentares, mas se trata, também, de anexos enviados pelo Poder Executivo. Isso de um governo que diz estar buscando dar legalidade à cidade, citando, inclusive, a questão das igrejas.

Para colocar como exemplo de busca da legalidade, encaminha um projeto cheio de incorreções e ilegalidades que é acrescido depois por várias emendas. Portanto, se o projeto foi retirado ou será retirado, tem de começar tudo de novo. Tem de começar pela apreciação das comissões, pela apreciação de primeiro turno e pela apreciação de segundo turno. Retira-se o projeto – vai ser retirado e tem de ser retirado – e, obviamente, temos de começar o processo. É outro projeto que é mandado para esta Casa.

Eu só gostaria, Deputado Paulo Tadeu e Deputado Paulo Roriz, que tivéssemos acesso imediatamente a todos esses dados da Terracap, para que pudéssemos avaliá-los.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

O Deputado Cabo Patrício lembrou muito bem, quando disse que desde o início era preciso separar os anexos para que pudéssemos apreciar, de pronto e de forma mais célere, os lotes que acreditávamos estarem dentro dos critérios da legalidade. Isso, com o PDL aprovado e todos os estudos técnicos feitos. A nossa proposta não foi aceita, e agora temos um projeto cheio de anomalias, e eu reputo ao Executivo, não apenas a esta Casa, as irregularidades que aqui foram colocadas.

O Executivo não pode mandar projetos sem os devidos estudos, porque desrespeita a própria lei. Esta Casa peca porque marchou com sons emanados do Buriti e não teve a altivez de devolvê-lo, para que ele pudesse vir conforme está previsto na própria lei.

Sr. Presidente, já que o estudo está pronto, eu gostaria que todos nós, Parlamentares, tivéssemos acesso a ele imediatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Erika Kokay, a Terracap assumiu o compromisso de encaminhar a esta Casa, ao Poder Legislativo, a todos os Parlamentares esse estudo.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente essa questão. Quero dizer que, originariamente, vim a este Poder por meio de um segmento evangélico e com uma responsabilidade. Fui reconduzido não só pelo segmento evangélico, mas por vários outros com que tive a oportunidade de trabalhar.

Fico muito insatisfeito e triste em ver uma situação como essa, que nem foi colocada, primeiramente, pelo Líder desta Casa, mas pelo Deputado Paulo Roriz. Creio que quem precisa dar a notícia da retirada de um projeto de autoria do Executivo é o Líder do Governo, que fala pelo Governo.

Acredito que todos os Deputados têm a sua forma legítima de participação. Alguém deveria, naquele momento, ter pedido vista do processo. Eu consignei que houve uma ilegalidade, porque o Regimento Interno é muito claro e precisa ser respeitado nesta Casa. O projeto estava na pauta, em regime de urgência, com vista por até duas horas. Isso foi extrapolado e não foi colocada essa situação. Posso eu também ter errado, ao não ter feito a peça pedindo esse recurso ao Plenário. Entendo que o segmento social e religioso desta cidade perdeu muito.

Quatrocentas e oito entidades, Igrejas católicas e evangélicas, de assistência social deveriam estar prontas. Quando o projeto nos foi remetido pelo Poder Executivo, da primeira vez, vieram mais oitocentas. O projeto novamente foi enviado ao Poder Executivo, com 1.300 instituições. Ele foi enviado ao Poder Executivo por três vezes. Apresentei algumas emendas coletivas. E parece que foi criada uma nova



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

figura no Regimento Interno: a emenda submarina. Deve ser alguma figura de *Atlantis*, *Star Gate*, que deve estar na moda no cinema. Não entendo isso.

Todo Deputado tem a prerrogativa de apresentar emendas, e isso precisa ser respeitado, pois ele coloca a sua assinatura em uma proposição e isso é legítimo. Ele foi eleito para isso. Não precisamos ter vergonha nem medo, pois não estamos cometendo nenhuma ilegalidade. É uma bandeira que defendemos. Tenho defendido alguns projetos aqui, inclusive a questão do transporte privado, mas, infelizmente, há alguns interesses que não deixam a coisa andar nesta Casa como deveria.

Registro aqui a minha indignação. Acredito que foi um grande retrocesso, de 1.300 Instituições que seriam legalizadas, voltarmos para 408. Estamos legalizando um número três vezes menor. Os cofres do GDF diminuem. Há essa questão econômica.

É desrespeitosa a forma como as coisas são colocadas. Parece que há saci-pererê aqui, pessoas que usam carapuça, ou mula-sem-cabeça. As pessoas que ocupam cargos no Legislativo devem aprender a ter compostura ao microfone quando se dirigirem aos colegas. Há pessoas que não têm compostura nem consigo mesmas. Pedir é uma questão social, é uma questão de elegância.

Não sou grileiro, nunca participei dessas questões nesta cidade, nunca vendi lotes, nunca parcelei nada. Tenho minha consciência livre. Estou aqui para defender qualquer emenda na qual acreditar ou tomar frente pelo segmento que represento da sociedade. Tenho um mandato legítimo – conquistado com muito custo – para trabalhar pela sociedade, em quem acredito. Infelizmente, entendo que a manifestação aqui colocada poderia ter sido feita de forma mais produtiva.

O Legislativo sofre hoje uma cobrança muito séria, pela qual responderei, pois faço parte de um segmento da sociedade que me ajudou a estar aqui para representá-lo. Nunca abaixarei a guarda ou colocarei qualquer situação à deriva. Não vim aqui a interesses de A, B ou C. Mesmo estando na base governista, tenho e sempre terei meus posicionamentos de forma livre e lúcida.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer que, quando o Governador me fez o comunicado, solicitei ao Deputado Paulo Roriz – até em deferência ao fato de S.Exa. ser o Relator, de estar com vistas do projeto e trabalhando o relatório na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – que fizesse o anúncio. Foi apenas uma questão procedimental, não há nenhuma disfunção na abordagem ao Deputado Paulo Roriz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Esclareço também que, nas emendas e no projeto, não existem ilegalidades, imoralidades e irregularidades. Há talvez algumas inconformidades naquilo que se propõe fazer. No projeto original, o Governo pretendia regularizar muitas igrejas que não têm, sequer, a unidade imobiliária, que não possuem o registro.

Assim, o Governo analisou e decidiu regularizar, primeiro, as unidades que já têm registro e deixou para um segundo momento as outras. Até porque precisa haver primeiro a unidade imobiliária. Foi apenas uma questão de forma. As emendas colocadas, de todos os Deputados, são legítimas.

Continuo acreditando que poderíamos votar esse projeto. Ele não possui nenhuma impropriedade, imoralidade ou ilegalidade.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de deixar claro que apresentei várias emendas a esse projeto. Se o Governo enviar um novo projeto e nele não estiverem contempladas as emendas por mim apresentadas, eu as apresentarei novamente se achar importante e necessário. Tenho clareza quanto a isso.

Deputado Paulo Roriz, V.Exa., que está com esse processo em mãos, poderia divulgar a todos os jornalistas, a toda a Imprensa, quais são os autores dessas emendas nebulosas, pois todos os Deputados estão sendo colocados no mesmo balaio.

Tenho o maior orgulho de todas as emendas que foram por mim apresentadas, pois foram todas corretas. Tirei fotografia da maioria delas. Apresentei uma nova emenda, pois outras entidades religiosas e sociais ficaram de fora. Democracia é isso. Não tenho por que esconder nenhuma das minhas emendas. Se eu estiver equivocado, procurarei assumir o meu erro, mas, pelo que sei, todas as emendas de minha autoria referem-se a entidades religiosas ou sociais que trabalham, existem e executam projetos que beneficiam a população, que prestam serviços à sociedade – muitos deles deveriam ser dever do Estado. Portanto, eu gostaria de deixar bem claro isso.

Eu também gostaria de fazer um pedido. Se é uma caixa-preta, vamos divulgar isso. Nós não votamos abertamente? Para que esconder? Vamos divulgar! Temos que assumir o que fizemos. E não é vergonha nenhuma assumir um erro. Quem trabalha, erra. Só não erra quem fica deitado o dia inteiro em casa, à-toa, criando bolhas nas costas e causando problemas na coluna. Portanto, eu gostaria que esta Casa tomasse esse posicionamento.

Peço a V.Exa., Deputado Paulo Roriz, que divulgue efetivamente quais são as emendas problemáticas e quem as apresentou, para que todos saibam. Trata-se de um projeto muito importante que regulariza a vida de várias entidades.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Como disse hoje, a Fenações, no Recanto das Emas, pega crianças com 2, 3 anos e as deixa com 18 anos, um trabalho muito sério que está à espera desse projeto, assim como o de várias outras entidades. Então, é muito importante que esse projeto siga em frente.

Obrigado.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero dizer o seguinte: não vou ficar aqui batendo boca com Parlamentar. Quero agradecer as palavras do Deputado Raad Massouh. Não me cabe bater boca, nem vou fazê-lo, porque não vou me rebaixar.

Quero dizer ao Deputado Rôney Nemer que não estão comigo, estão todas na Terracap, mas faço uma sugestão: como todos os Parlamentares apresentaram emendas, que cada Parlamentar divulgue as de sua autoria. Pronto, está resolvido! Então, não sou eu que vou dizer. Elas não estão comigo! Que cada Parlamentar divulgue a sua emenda, repito.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Quero encerrar este debate. Diante dos informes que foram trazidos, virá um novo projeto, virá um estudo da Terracap para esta Casa e este debate continuará. Estamos debatendo em cima de suposições. Não sabemos, ao certo, o que diz o estudo do Governo.

De repente, deu-se início a um processo de tentar criar uma situação generalizada quando, na realidade, não sabemos o que diz o estudo. O que sabemos é que há uma informação que diz que existe uma diminuição de aproximadamente 1.828 para 408 áreas.

Uma intervenção divina baixou nesta Casa e fez com que os Parlamentares anulassem a votação do segundo turno do projeto, não votassem a sua redação final e o encaminhasse à Terracap para uma melhor análise. Portanto, acho que devemos agradecer a essa intervenção divina e não ficar aqui batendo boca. Temos que esperar os estudos da Terracap chegarem. É esse o nosso papel.

Eu gostaria de encerrar esse debate e voltar a ele quando da tramitação do novo projeto. Realmente, espero que haja, durante a apreciação do novo projeto, mais uma intervenção divina para que fatos como os que ocorreram não aconteçam mais.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mesmo depois de o projeto ter ido para a Terracap, apresentamos emendas. O Executivo não havia contemplado a Catedral Militar Rainha da Paz, que não estava



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 06 2008	15h15min	46ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Inclusa no projeto original. Não sabíamos disso. Soubemos depois. Tivemos, portanto, que apresentar emenda para contemplar aquela Igreja do Eixo Monumental Oeste, perto da Rodoviária.

A igreja da 303/304, que é de São Rafael e São Miguel, também não estava contemplada no projeto original e ela está em Brasília há mais de 40 anos. Apresentamos também uma emenda.

A Igreja dos Vicentinos, da 909 – há 40 anos os vicentinos atuam naquela área –, também não havia sido contemplada. Apresentamos também uma emenda para ela. Quantas vezes forem necessárias apresentaremos emendas, inclusive no outro projeto do Executivo. E ninguém poderá cercear o nosso direito de apresentá-las.

É claro que vamos nos entender com a Terracap. Já marquei com a Terracap, marquei com o Governo. Apresentaremos as emendas necessárias, porque estamos apresentando emendas para a coletividade, para os cristãos, para as pessoas que querem estar seguras do local onde estão prestando serviço.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Wilson Lima, tudo bem.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.
PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber se existe a possibilidade, dentro dos termos regimentais, de um projeto aprovado em primeiro turno ser retirado de tramitação pelo Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Cabo Patrício, tudo será encaminhado dentro do Regimento. Então, a assessoria já está atenta a esta questão e, futuramente, daremos uma resposta a este processo. Então, devemos aguardar o comunicado oficial.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h26min.)